

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CETELEM BRASIL

melhoria de eficiência operacional das suas atividades. Neste exercício apresentou um lucro líquido de 4.9 milhões de reais, em linha com as expectativas da Administração.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os Ativos Totais da Cetelem em 31 de dezembro de 2013 somaram R\$ 2.753 milhões com o Patrimônio Líquido de R\$ 347 milhões. O resultado apurado no exercício de 2013 foi um lucro de R\$ 4.9 milhões contra um prejuízo de R\$ 24.1 milhões no exercício de 2012.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito total, em 31 de dezembro de 2013, fechou em R\$ 2.657 milhões (R\$ 1.641 milhões de carteira de origem própria e R\$ 1.016 milhões de carteira originada por cessões de crédito) contra R\$ 2.597 milhões em dezembro de 2012 (R\$ 1.362 milhões de carteira de origem própria e R\$ 1.235 milhões de carteira originada por cessões de crédito). A carteira de origem própria está distribuída em empréstimos e financiamentos nos produtos de crédito pessoal, crediários, cartão de crédito e outros e, os empréstimos adquiridos por cessão de créditos, basicamente formada por operações de crédito de consignado INSS. A carteira de crédito total apresentou um crescimento de 2,3% motivado principalmente pelo aumento na carteira de origem própria que obteve um crescimento de 20,5%. Em outubro de 2013, a Administração optou por retornar as aquisições de novas operações de crédito por cessões, entretanto a carteira de crédito dessa modalidade obteve uma queda de 17,7% durante o exercício de 2013. Em dezembro de 2013, a provisão sobre a carteira de crédito atingiu R\$ 163 milhões (R\$ 138

milhões em dezembro de 2012), devido, principalmente, à cessão de crédito de contratos 100% provisionados no valor de R\$ 47 milhões realizado em junho de 2012.

ÍNDICE DA BASILEIA

Em 31 de dezembro de 2013, o índice individual da Cetelem é de 13,32%. Desde 31 de março de 2009, a Cetelem reporta os limites de forma consolidada através do líder, o conglomerado Banco BNP Paribas Brasil.

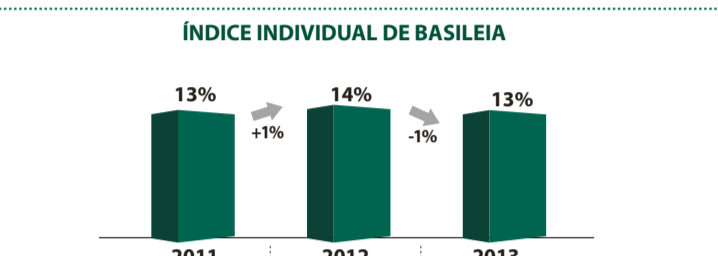
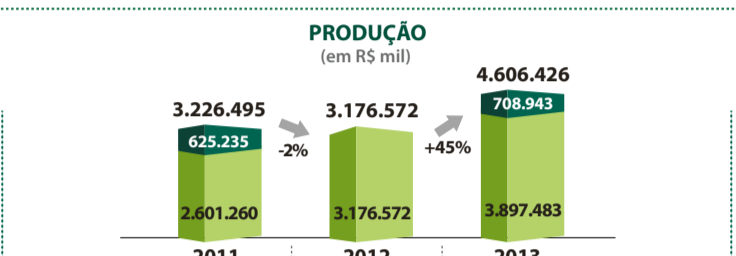
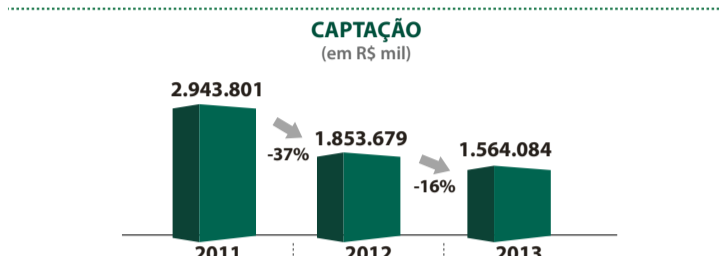
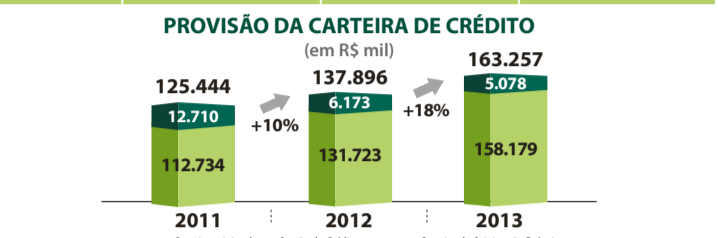
O OBSERVADOR CETELEM

Fundado em 1989 pela Cetelem na França, "O Observador" é hoje referência de fonte nos estudos periódicos que compreendem e mapeiam os hábitos de consumo e evolução do mercado brasileiro. O estudo nos permite uma reflexão consistente sobre as grandes mudanças ocorridas e auxilia o varejo brasileiro a traçar suas estratégias de negócio, entendendo melhor o consumidor e as tendências que influenciarão seu comportamento. Desenvolvido em parceria com a Ipsos Public Affairs, este estudo é realizado há sete anos pela Cetelem BGN Brasil, e está disponível em www.cetelem.com.br.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos clientes e parceiros comerciais pela preferência, aos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento com os nossos objetivos e resultados alcançados no ano de 2013.

DESTAQUES EM DEZ/2013	Ativos Totais	Carteira Própria	Cessão de Crédito	Total Carteira de Crédito	Provisões de Crédito	Saldo de Captações	Patrimônio Líquido	Produção	Índice Individual da Basileia
	2.753.271	1.641.009	1.015.694	2.656.703	163.257	1.564.084	346.753	4.606.426	13%



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	2013	2012	Passivo	Nota explicativa	2013	2012
Circulante		1.868.867	1.848.625	Circulante		1.900.096	1.914.337
Disponibilidades	4	1.285	1.258	Depósitos		1.120.280	1.346.214
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	102.194	102.194	Depósitos interfinanceiros	11	1.120.280	1.346.214
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	102.194	Outras obrigações		779.816	568.123
Operações de crédito		904.534	1.031.449	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		201	182
Setor privado	5	1.054.716	1.159.088	Fiscais e previdenciárias	12a	8.055	4.853
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6	(150.182)	(127.639)	Diversas	12b	771.560	563.088
Outros créditos		946.972	690.570	Exigível a Longo Prazo		489.936	553.999
Diversos	7	953.628	696.148	Depósitos		443.804	507.465
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	5 e 6	(6.656)	(5.578)	Depósitos interfinanceiros	11	443.804	507.465
Outros valores e bens		16.076	23.154	Outras obrigações		46.132	46.534
Despesas antecipadas	9	16.076	23.154	Fiscais e previdenciárias	12a	15.978	18.604
Realizável a Longo Prazo		837.083	925.433	Diversas	12b	30.154	27.930
Operações de crédito		725.815	776.668	Resultados de exercícios futuros	14	16.486	15.846
Setor privado	5	732.142	781.291	Resultados de exercícios futuros		16.486	15.846
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6	(6.327)	(4.623)	Patrimônio Líquido	15	346.753	341.885
Outros créditos		86.117	118.268	Capital social		422.414	422.414
Diversos	7	86.209	118.324	De domiciliados no País		422.414	422.414
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	5 e 6	(92)	(56)	Prejuízos acumulados		(75.661)	(80.529)
Outros valores e bens		25.151	30.497				
Despesas antecipadas	9	25.151	30.497				
Permanente		47.321	52.009				
Imobilizado de uso	10a	945	981				
Outras imobilizações de uso		1.974	1.662				
(-) Depreciações acumuladas		(1.029)	(681)				
Diferido		-	-				
Gastos de Organização e Expansão		229	8.371				
(-) Amortizações Acumuladas		(229)	(8.371)				
Intangível	10b	46.376	51.028				
Outros Ativos Intangíveis		62.695	63.792				
(-) Amortizações acumuladas		(16.319)	(12.764)				
Total do Ativo		2.753.271	2.826.067	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.753.271	2.826.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º Sem. 2013	2013	2012
Receitas da Intermediação Financeira		236.857	447.145	544.019
Operações de Crédito	16	234.861	442.984	537.930
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.986	4.147	6.059
Resultado de Operações de Câmbio		10	14	30
Despesas da Intermediação Financeira		(175.282)	(299.221)	(378.465)
Operações de Captação no Mercado		(62.229)	(140.011)	(273.185)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(113.052)	(159.210)	(105.280)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		61.575	147.924	165.554
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(52.046)	(123.779)	(201.474)
Receitas de Prestação de Serviços	18	38.243	72.867	63.595
Rendas com Tarifas Bancárias	19	32.332	57.025	42.219
Despesas de Pessoal	20	(17.725)	(32.476)	(35.262)
Outras Despesas Administrativas	21	(108.465)	(223.851)	(224.808)
Despesas Tributárias	22	(14.346)	(28.624)	(24.807)
Resultado de Participações em Controlada		-	-	2.473
Outras Receitas Operacionais	23	49.984	107.245	57.842
Outras Despesas Operacionais	24	(32.069)	(75.966)	(82.762)
Resultado Operacional		9.529	24.145	(35.920)
Resultado não Operacional		15	38	(110)
Resultado antes da Tributação sobre o Resultado e Participações		9.544	24.183	(36.030)
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(5.307)	(12.523)	15.353
Provisão para Imposto de Renda		(5.405)	(6.708)	(1.056)
Provisão para Contribuição Social		(3.147)	(3.977)	(707)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		3.245	(1.838)	17.116
Participações estatutárias		(4.233)	(6.792)	(3.411)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre		4	4.868	(24.088)
Lucro Líquido (Prejuízo) por lote de mil ações - em R\$		0,01	11,52	(57,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros acumulados	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	422.414	2.000	(58.441)	365.973
Reversões de reservas	-	(2.000)	2.000	-
Prejuízo do semestre	-	-	(24.088)	(24.088)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	422.414	-	(80.529)	341.885
Lucro líquido do exercício	-	-	4.868	4.868
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	422.414	-	(75.661)	346.753
Saldo em 30 de Junho de 2013	422.414	-	(75.665)	346.749
Lucro líquido do semestre	-	-	4	4
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	422.414	-	(75.661)	346.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Cetelem Brasil") foi constituída em 20 de dezembro de 1999, com sede à Alameda Tocantins, 280, Barueri-SP, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 31 de janeiro de 2000, tendo como objetivo principal a concessão de crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal. As operações de empréstimo tiveram início em novembro de 2000. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente no mercado financeiro e de serviços, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas ligadas. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos seguindo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN até o momento. Desta forma a Cetelem Brasil, na elaboração das demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologada pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Novos pronunciamentos emitidos pelo Banco Central do Brasil que entrarem em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012: • Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, que estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2014.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
 a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial. b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: São demonstradas pelos valores aplicados e consideram as rendas até a data do balanço, recalculados em base "pro rata" dia. c) Operações de crédito, outros créditos e provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito e outros créditos com características de operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa considerada adequadamente reconhecida. A provisão atende aos requisitos estabelecidos pelo BACEN, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, d.) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. e) Permanente: Demonstrado ao custo de aquisição combinado com os seguintes aspectos: • Os investimentos em controlada e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. • Depreciação acumulada do imobilizado, calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens. • O ativo intangível é registrado pelo custo deduzido da amortização acumulada. Os gastos com aquisição de locais são amortizados em 5 anos ou proporcionalmente ao prazo de utilização. Impairment é o procedimento de avaliação dos bens da instituição para corrigir eventuais divergências entre o valor contabilizado versus valor real de mercado (valor recuperável). Através dele é possível identificar se um determinado bem tem projeção de geração de caixa inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado. Este procedimento é regulamentado pelo pronunciamento contábil CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos. Além disso, a Cetelem reacessou o inventário de seu imobilizado e identificou ativos obsoletos, que resultaram em perdas no montante de R\$ 86, registrados no grupo de Despesas não Operacionais. f) Depósitos Interfinanceiros: São demonstrados pelos valores de exigibilidade e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, recalculados em base "pro rata" dia. g) Passivos circulante e

exigível a longo prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias. h) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa acumuladas. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. Todos são registrados pelas alíquotas vigentes à época do balanço. Em 11 de novembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 627 (MP 627) e em 16 de setembro de 2013, foi editada a Instrução Normativa 1397 (IN 1397), alterando a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior. A administração avaliou as alterações trazidas pela MP 627 e entende que as demonstrações financeiras da empresa não sofreram impactos significativos. i) Ativos e Provisões Contingentes e Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25 e na Carta-Circular BACEN nº 3.429/10 da seguinte forma: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os passivos contingentes são incertos e, portanto, não são provisionados, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando classificados como perdas possíveis, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. j) Uso de estimativas: A elaboração das informações financeiras da Cetelem Brasil exige que a Administração faça uso de estimativas relativas, por exemplo, ao valor justo de ativos e passivos financeiros, vida útil de ativo imobilizado, provisões para perdas com crédito e contingências, que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 Para fins de elaboração das demonstrações financeiras dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de justo.

Descrição	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	1.227	1.215
Disponibilidades em moeda estrangeira	58	43
Total	1.285	1.258
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	102.194
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.285	103.452

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2013, estão assim resumidas:

Descrição	2013		2012	
	Saldo	%	Saldo	%
Empréstimo - cartão de crédito	378.785	14,26	332.830	12,82
Empréstimos adquiridos por cessão de crédito	1.015.694</			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

O saldo da provisão ativa de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "Outros Créditos - Créditos Tributários" apresenta a seguinte composição:

	Base de cálculo		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Adições Temporárias						
- Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	30.154	27.930	7.539	6.983	4.523	4.190
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	166.278	141.875	41.570	35.469	24.942	21.281
- Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	15.978	15.015	3.995	3.754	2.397	2.252
- Outras provisões	33.649	53.604	8.411	13.400	5.047	8.041
- Amortização Ágio - SubFinance	9.030	9.772	2.258	2.443	1.355	1.466
- Prejuízo fiscal e base negativa	8.461	18.987	2.114	4.747	1.269	2.848
Total de Créditos Tributários Ativos	263.550	267.163	65.887	66.796	39.533	40.078

Os Créditos Tributários provenientes de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições. O quadro abaixo demonstra a realização estimada do saldo de créditos tributários em 31 de dezembro de 2013, ao longo dos próximos 10 (dez) anos, comparativamente com o valor presente, calculado com base em taxas referenciais divulgadas pela BM&F:

Período	Realização do crédito de imposto de renda		Realização do crédito de contribuição social		2013 Total	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
2014	29.822	27.291	17.894	16.375	47.716	43.666
2015	12.175	10.040	7.305	6.024	19.480	16.064
2016	12.175	8.987	7.305	5.392	19.480	14.379
2017	4.135	2.737	2.481	1.642	6.616	4.379
2018	4.135	2.456	2.481	1.474	6.616	3.930
até 2023	1.372	545	798	326	2.130	871
Total	63.774	52.056	38.264	31.233	102.038	83.289

Os Créditos Tributários de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos calculados sobre Prejuízo Fiscal - PF e Base Negativa - BN de períodos anteriores, são realizados à medida que a Cetelem Brasil apresente lucro tributável. A legislação do imposto de renda, através da Lei 9.811/95 prevê que as pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, limitado a 30%, os valores dos referidos prejuízos. Desta forma, fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, apresentamos o quadro abaixo demonstrando a realização do saldo de créditos tributários em 31 de dezembro de 2013, ao longo do próximo ano de 2014, comparativamente com o valor presente, calculado com base nas taxas referenciais divulgadas pela BM&F:

Período	Realização do crédito de prejuízo fiscal		Realização do crédito de base negativa		2013 Total	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
2014	2.114	1.936	1.269	1.162	3.383	3.098
Total	2.114	1.936	1.269	1.162	3.383	3.098

9. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são representadas principalmente por gastos com acordos comerciais firmados com parceiros, objetivando aumentar a oferta, disponibilidade e exploração dos produtos financeiros nas redes de lojas, e são amortizadas linearmente pelo prazo de duração dos respectivos contratos, que varia de três a dez anos, e totalizaram R\$ 41.227 (R\$ 53.651 em 2012).

10. PERMANENTE

a) Imobilizado

	2013	2012	
		Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10	617	281
Móveis e equipamentos de uso	10	276	130
Sistema de comunicação - equipamentos	20	186	51
Sistema de processamento de dados	20	1.172	480
Sistema de segurança	20	4	3
Sistema de transporte - GPS	20	-	5
Total		2.255	981

b) Intangível: É representado principalmente pelo intangível incorporado da Submarino Finance, no montante de R\$ 42.230, decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis e testados por impairment ao menos anualmente, conforme mencionado na nota explicativa 3.e, bem como por outros ativos intangíveis, no total de R\$ 4.146.

	2013		2012	
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Ágio incorporado - Submarino Finance	20	45.990	42.230	45.700
Outros ativos intangíveis	20	16.705	4.146	5.328
Total		62.695	46.376	51.028

(i) O prazo de amortização é de 20 anos, a se encerrar em fev/2026.

11. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Os depósitos interfinanceiros referem-se a operações de captação efetuadas com taxas prefixadas que variam de 7,87% a 14,28% ao ano (7,60% a 14,39% em 2012). A composição por vencimento é assim resumida:

Descrição	2013		2012	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Até 30 dias	183.195	178.146		
De 31 a 60 dias	149.335	157.782		
De 61 a 90 dias	78.138	142.529		
De 91 a 180 dias	315.421	365.883		
De 181 a 360 dias	394.191	502.074		
Total do circulante	1.120.280	1.346.214		
Acima de 360 dias	443.804	507.465		
Total de longo prazo	443.804	507.465		
Total	1.564.084	1.853.679		

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2013			2012		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Imposto de renda e contribuição social	1.564	-	1.564	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.377	-	1.377	-	991	991
Provisão para contingências fiscais (Nota 13a)	-	15.978	15.978	-	17.613	17.613
Contribuição para o COFINS	1.891	-	1.891	1.605	-	1.605
Impostos e contribuições serviços de terceiros	223	-	223	482	-	482
Imposto Sobre Serviços - ISS	222	-	222	210	-	210
Programa de Integração Social - PIS	307	-	307	261	-	261
Contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE	7	-	7	-	-	-
Impostos e contribuições sobre salários	2.464	-	2.464	2.295	-	2.295
Total	8.055	15.978	24.033	4.853	18.604	23.457

b) Diversas

Descrição	2013			2012		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Credores diversos - País (i)	729.722	-	729.722	517.743	-	517.743
Provisão para pagamentos a efetuar (ii)	26.024	-	26.024	31.739	-	31.739
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 26)	6.739	-	6.739	7.755	-	7.755
Provisão para ações judiciais (iii)	-	30.154	30.154	-	27.930	27.930
Provisão para despesas de pessoal	9.075	-	9.075	5.851	-	5.851
Total	771.560	30.154	801.714	563.088	27.930	591.018

(i) Referem-se, principalmente, aos valores a serem liberados aos estabelecimentos conveniados, por conta de compras efetuadas pelos clientes com os cartões Aura e Mastercard, as quais se encontram vinculadas às operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Cetelem Brasil.

(ii) Referem-se, basicamente, a contas a pagar relativas à prestação de serviços de assessoria, marketing e outras despesas administrativas.

(iii) Em 31 de dezembro de 2013, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordem cível, cujas características são de ordem indenizatória movidas por clientes e processos judiciais trabalhistas. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Cetelem Brasil acredita manter registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos despechos desses processos (Nota 13a).

13. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Composição das provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais:

Obrigações legais e contingências fiscais	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Contribuição para o COFINS	302	285		
Programa de Integração Social - PIS	15.676	14.730		
Provisão para contingências fiscais	-	2.598		
Total de obrigações legais e contingências fiscais (Nota 12a)	15.978	17.613		
Outros passivos contingentes	2013	2012		
Provisão para contingências cíveis	27.075	24.473		
Provisão para contingências trabalhistas	3.079	3.457		
Total de outros passivos contingentes (Nota 12b)	30.154	27.930		
Total de passivos contingentes e obrigações legais	46.132	45.543		

Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente de acordo com o histórico de perdas das causas e estão representados por 4.955 (5.574 em 2012) processos de natureza cível e por 114 processos de natureza trabalhista (140 em 2012).

b) Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Saldo
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	17.613	3.457	24.473	45.543
Constituição/Reversão de provisão (Nota 24)	(2.598)	1.715	27.058	26.175
Despesas de atualização monetária	963	-	-	963
Baixas por pagamento	-	(2.093)	(24.456)	(26.549)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	15.978	3.079	27.075	46.132

Saldo em 31 de Dezembro de 2011

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Saldo
Constituição/Reversão de provisão (Nota 24)	94	353	18.019	37.851
Despesas de atualização monetária	1.069	-	-	1.069
Baixas por pagamento	-	(278)	(14.229)	(14.507)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	17.613	3.457	24.473	45.543

Obrigações legais

PIS/COFINS - As principais teses em discussão são relativas a mandados de segurança cujo foco da discussão é a inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 (composição da base de cálculo) no montante de R\$ 15.978 (R\$ 15.015 em 2012).

Contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-colaboradores nos quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial.

Contingências cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cobrança de taxas, tarifas, encargos, fraude, recusa de crédito e negatização indevida. Não existem causas classificadas como nível de risco "possível".

Com o objetivo de padronizar o critério de provisão para contingências cíveis entre as empresas do grupo Cetelem BGN, a partir de junho de 2012, o cálculo de provisionamento passou a ser constituído com base no valor médio dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, sendo este valor médio aplicado sobre os processos em andamento.

14. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Descrição	2013	2012
Rendas a apropriar	16.486	15.846
Total	16.486	15.846

Referem-se as receitas sobre pré-pagamentos em operações de cartão de crédito oriundas da antecipação do repasse de compras parceladas (nota 23). As receitas são apropriadas de acordo com o prazo de amortização da Carteira de Crédito.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital subscrito está representado por 422.414.000 ações ordinárias, com valor nominal de R\$1,00 cada ação.

b) Dividendos

Conforme o estatuto da Cetelem Brasil, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido de cada exercício. Durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2013, não foram propostos nem distribuídos dividendos.

c) Acordo da Basileia

As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Desde 31 de março de 2009, a Cetelem Brasil vem apurando os limites de forma consolidada através do Banco BNP Paribas S.A.

16. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2º Sem. 2013	2013	2012
Empréstimos	224.880	459.998	570.163
Financiamentos	3.794	6.329	34.239
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.212	13.677	7.978
Despesa com cessão de crédito	(1.025)	(37.020)	(74.450)
Total	234.861	442.984	537.930

17. DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

Descrição	2º Sem. 2013	2013	2012
Depósitos interfinanceiros	62.229	140.011	273.185
Total	62.229	140.011	273.185

18. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º Sem. 2013	2013	2012
Tarifa de intercâmbio	17.632	32.187	23.545
Comissões (i)	15.888	30.970	28.605
Retenção de lojistas - compras no cartão	4.723	9.710	11.438
Outras	-	-	7
Total	38.243	72.867	63.595

(i) Referem-se em sua maioria a comissões recebidas por contratos de seguros.

19. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º Sem. 2013	2013	2012
Cartão de crédito básico - anuidade	30.126	51.944	33.082
Fornecimento de 2º via de cartão	749	1.893	-
Avaliação emergencial do limite de cartão	664	1.538	6.171
Confecção de Cadastro	-	-	642
Outros	793	1.650	2.324
Total	32.332	57.025	42.219

20. DESPESAS DE PESSOAL

Os resultados apurados com despesas de pessoal, referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão assim compostos:

Descrição	2º Sem. 2013	2013	2012
Despesas de honorários	1.288	2.060	1.124
Despesas de pessoal - encargos sociais	3.786	7.307	5.058
Despesas de pessoal - proventos	9.536	17.507	24.529
Despesas de pessoal - benefícios	2.910	5.344	4.248
Despesas de pessoal - treinamento	205	328	266
Total	17.725	32.476	35.226

O Grupo possui uma metodologia para rateio dos custos envolvendo as empresas Cetelem Brasil e Banco BGN, considerando os gastos com pessoal (proventos, encargos sociais e benefícios).

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º Sem. 2013	2013	2012
Despesas de serviços técnicos especializados (i)	40.195	79.472	107.121
Despesas com partes relacionadas (ii)			
(notas explicativas nº 1 e nº 26)	13.190	32.497	6.256
Despesas de comunicações	17.112	32.521	31.